

ADMINISTRAÇÃO: CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

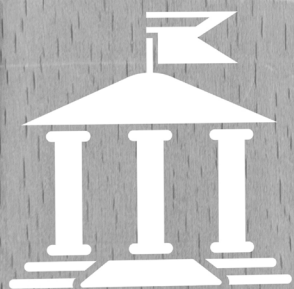
Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)



 **Atena**
Editora
Ano 2021

ADMINISTRAÇÃO: CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)



 **Atena**
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Administração: ciência e tecnologia, estratégia, administração pública e estudos organizacionais

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Clayton Robson Moreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A238 Administração: ciência e tecnologia, estratégia, administração pública e estudos organizacionais / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-884-7

DOI 10.22533/at.ed.847211003

1. Administração. 2. Estratégia. I. Silva, Clayton Robson Moreira da (Organizador). II. Título.

CDD 658

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O livro “Administração: Ciência e Tecnologia, Estratégia, Administração Pública e Estudos Organizacionais” é uma obra publicada pela Atena Editora e divide-se em dois volumes. Este primeiro volume reúne um conjunto de vinte e cinco capítulos, em que são abordados diferentes temas que permeiam o campo da administração. Compreender os fenômenos organizacionais é o caminho para o avanço e a consolidação da ciência da administração, possibilitando a construção de um arcabouço teórico robusto e útil para que gestores possam delinear estratégias e tomar decisões eficazes do ponto de vista gerencial, contribuindo para a geração de valor nas organizações.

Nesse contexto, compreendendo a pertinência e avanço dos temas aqui abordados, este livro emerge como uma fonte de pesquisa rica e diversificada, que explora a administração em suas diferentes faces, uma vez que concentra estudos desenvolvidos em diferentes contextos organizacionais. Assim, sugiro esta leitura àqueles que desejam expandir seus conhecimentos por meio de um material especializado, que contempla um amplo panorama sobre as tendências de pesquisa e aplicação da ciência administrativa.

Além disso, ressalta-se que este livro visa ampliar o debate acadêmico, conduzindo docentes, pesquisadores, estudantes, gestores e demais profissionais à reflexão sobre os diferentes temas que se desenvolvem no âmbito da administração. Finalmente, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados pelos autores em seus estudos.

Boa leitura!

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A APLICAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO BRASIL FRENTE AOS ÓRGÃOS JULGADORES E FISCALIZADORES

José Bione de Melo Neto

Ana Paula Ferreira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.8472110031

CAPÍTULO 2..... 22

A GARANTIA CONSTITUCIONAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE TERESINA-PI

Aldo Vieira Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.8472110032

CAPÍTULO 3..... 38

ANÁLISE DO CONTROLE SOCIAL NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA À LUZ DO ACESSO À INFORMAÇÃO: PESQUISA EM SEIS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Cezar Andrade Marques de Azevedo

DOI 10.22533/at.ed.8472110033

CAPÍTULO 4..... 50

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS CEARENSES

Sabrina Sousa Moraes

Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino

Clayton Robson Moreira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.8472110034

CAPÍTULO 5..... 63

GASTOS COM PESSOAL: ANÁLISE COMPARATIVA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE VARGINHA-MG POR MEIO DA ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS

Adriano Antonio Nuintin

Paulo Roberto Rodrigues de Souza

Maria Aparecida Curi

Richardson Coimbra Borges

DOI 10.22533/at.ed.8472110035

CAPÍTULO 6..... 81

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DA UNIÃO PARA AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO NORDESTE BRASILEIRO ENCERRADAS NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Jonas Rafael Pereira dos Santos

Alexsandro Xavier Querino Lima

Mateus Cunha Rabelo

Francisco Mairton da Silva

Felipe Ribeiro Pontes

DOI 10.22533/at.ed.8472110036

CAPÍTULO 7.....	99
DEPENDÊNCIA DOS MUNICÍPIOS CEARENSES EM RELAÇÃO AO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	
Adriano Santiago Lima	
Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino	
Clayton Robson Moreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8472110037	
CAPÍTULO 8.....	113
A ACCOUNTABILITY COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA	
Juliana Cristina Sousa da Silva	
Elemar Kleber Favreto	
DOI 10.22533/at.ed.8472110038	
CAPÍTULO 9.....	125
O POTENCIAL DE <i>ACCOUNTABILITY</i> NOS PARECERES PRÉVIOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA	
Antonio Emanuel Andrade de Souza	
Elvia Mirian Cavalcanti Fadul	
DOI 10.22533/at.ed.8472110039	
CAPÍTULO 10.....	146
ESCOLARIDADE DOS GESTORES MUNICIPAIS E A APROVAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS: EVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARÁ	
Délio Amaral Viana	
Aridelmo José Campanharo Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.84721100310	
CAPÍTULO 11.....	164
GOVERNANÇA PARA COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE REDES SOCIAIS	
Eduardo Souza Seixas	
Renelson Ribeiro Sampaio	
Luciel Henrique de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.84721100311	
CAPÍTULO 12.....	185
CONCEITOS TEÓRICOS E A APLICAÇÃO PRÁTICA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: UM ESTUDO EM UMA EMPRESA PÚBLICA DO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO	
Paulo César Schotten	
Daiany Gomes Moreira	
Hugo Vinícius Colman Soares	
José Roberto Grasiel	
Nayara Jaqueline Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.84721100312	

CAPÍTULO 13..... 198

GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA DENTRO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO: A DICOTOMIA ENTRE PLANO E REALIDADE

Maria Vanessa de Souza Araújo

Nara Raysa de Sousa

Tiago Deividly Bento Sera im

DOI 10.22533/at.ed.84721100313

CAPÍTULO 14..... 206

INCIDÊNCIA DE MORTALIDADE POR DIABETES NA INFÂNCIA NO BRASIL: COMPARATIVO ETÁRIO NO PERÍODO DE 2018 A 2020

Ana Maria Ribeiro Fonseca

Giovanna Brasil Pinheiro

Luiz Phillipe Silva Azevedo

Rafael Cruz Mariz

DOI 10.22533/at.ed.84721100314

CAPÍTULO 15..... 211

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA HANSENÍASE EM UM MUNICÍPIO CEARENSE ENTRE 2008 E 2018

Maira Pereira Sampaio Macêdo

Bruna Raquel Morais Cunha

Miguel Marx

Tatiana de Menezes

Érika Sobral da Silva

Paula Suene Pereira dos Santos

Joana Raione Arrais Antunes

José Wanderson Carvalho Noronha

Francisco Diego da Silva Xavier

Priscila Nadine Dias Santana

Anna Karen Sales Rodrigues

Emanuely Castro Alves

DOI 10.22533/at.ed.84721100315

CAPÍTULO 16..... 222

AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NAS PRAÇAS E PARQUES DA CIDADE DE SÃO BORJA-RS

Cláudio Gabriel Soares Araújo

Kellem Paula Rohã Araújo

Fátima Regina Zan

Tanise Brandão Bussmann

Carmen Regina Dorneles Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.84721100316

CAPÍTULO 17	238
FORMAÇÃO DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA: O OLHAR DOS CURSISTAS SOBRE ASPECTOS INDICADORES DA QUALIDADE SOCIAL NO CURSO <i>LATO SENSU</i>	
Gercina Dalva	
DOI 10.22533/at.ed.84721100317	
CAPÍTULO 18	244
ENSINO REMOTO DA ÁREA TÉCNICA DE ADMINISTRAÇÃO PARA A CONVERSÃO DO CONHECIMENTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ENSINO, DURANTE A PANDEMIA, NOS CURSOS TÉCNICOS EM ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – <i>CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS</i>	
Aline Fonseca Gomes	
Vagner Costa Oliveira	
Joselito da Silva Bispo	
Sara Mendes Oliveira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.84721100318	
CAPÍTULO 19	256
A PANDEMIA E O ROMPIMENTO DE BARREIRAS NA EDUCAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DOS DOCENTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO	
Márcio Dourado Rocha	
Rosalina Maria Lima Leite do Nascimento	
Marcos Flavio Portela Veras	
Rhogério Correia de Souza Araújo	
Ieso Costa Marques	
Juliana Luíza Moreira Del Fiacco	
Regiane Janaína Silva de Menezes	
Elizabeth Cristina Soares	
DOI 10.22533/at.ed.84721100319	
CAPÍTULO 20	262
A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19: PREMISSAS DA EAD E DESAFIOS PARA GESTÃO DAS IES NA ABORDAGEM DA GOVERNANÇA DA INTERNET	
Diólia de Carvalho Graziano	
Luiz Fernando Gomes Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.84721100320	
CAPÍTULO 21	282
REFLEXÕES SOBRE AUTORIA DE PESQUISAS APLICADAS NO LABORATÓRIO DE GESTÃO	
Maria Carolina Conejero	
DOI 10.22533/at.ed.84721100321	
CAPÍTULO 22	299
CENÁRIO ATUAL DAS COMISSÕES DO GRUPO PET ENGENHARIAS IFBA COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES	
Felipe Gonçalves Moura	

Guilherme Gil Fernandes
Julianny de Souza Oliveira
Lara de Oliveira Carvalho
Luca de Almeida Brito
Marília Aguiar Rodrigues
Mikelly Bonfim Anjos
Pedro Henrique Rocha Chaves
Sérgio Ricardo Ferreira Andrade Junior
Thavane Ferreira de Almeida
Alex França Andrade
Joseane Oliveira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.84721100322

CAPÍTULO 23.....303

FATORES LIMITANTES AO EMPREENDEDORISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Fabício Longuinhos Silva
Marcelo Santana Silva
Eduardo Oliveira Teles
André Luis Rocha de Souza
Maria Valesca Damásio de Carvalho Silva
Eduardo Cardoso Garrido

DOI 10.22533/at.ed.84721100323

CAPÍTULO 24.....316

ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE FATORES DA INTENÇÃO EMPREENDEDORA SUSTENTÁVEL DE ESTUDANTES AMAZONENSES

Aristides da Rocha Oliveira Junior
Francisco Assis Barros de Oliveira
Roderick Cabral Castello Branco
Maria Stela de Vasconcellos Nunes de Mello
Afrânio de Amorim Francisco Soares Filho

DOI 10.22533/at.ed.84721100324

CAPÍTULO 25.....338

EMPREENDEDORISMO SOCIAL E CLÁSSICO: REFLEXÕES DO MODELO DE NEGÓCIO

Isabella Ferreira Friso
Marta Fabiano Sambiasi

DOI 10.22533/at.ed.84721100325

SOBRE O ORGANIZADOR.....352

ÍNDICE REMISSIVO.....353

FATORES LIMITANTES AO EMPREENDEDORISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Data de aceite: 01/03/2021

Fabício Longuinhos Silva

Instituto Federal da Bahia – IFBA
Ilhéus-BA
<http://lattes.cnpq.br/3902611293247142>

Marcelo Santana Silva

Instituto Federal da Bahia – IFBA
Salvador –BA
<http://lattes.cnpq.br/4414535367915782>

Eduardo Oliveira Teles

Instituto Federal da Bahia – IFBA
Salvador –BA
<http://lattes.cnpq.br/5798531109640536>

André Luis Rocha de Souza

Instituto Federal da Bahia – IFBA
Salvador –BA
<http://lattes.cnpq.br/2013942415115475>

Maria Valesca Damásio de Carvalho Silva

Universidade Federal da Bahia – UFBA
Salvador –BA
<http://lattes.cnpq.br/8232778688037153>

Eduardo Cardoso Garrido

Serviço de Apoio à Micro e Pequenas
Empresas – SEBRAE/BA
Salvador –BA
<http://lattes.cnpq.br/9106658548484934>

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise comparativa entre a opinião de especialistas do campo de

pesquisa do empreendedorismo, com a opinião de Microempreendedores Individuais do Brasil. Para isso foram realizadas uma pesquisa bibliográfica/documental, além de um estudo de caso, aplicado em uma loja colaborativa, situada na cidade de Salvador, Bahia. Os resultados apontam para uma convergência de opiniões nos 3 (três) principais fatores limitantes à abertura e manutenção de uma empresa no Brasil. Os desafios mais apontados pelos dois atores estudados foram a falta de políticas públicas, o pouco apoio financeiro e o baixo acesso à capacitações profissionais. Percebeu-se que, apesar do esforço do setor público na criação de políticas públicas voltadas ao empreendedorismo, a sua implantação e acompanhamento precisam se tornar realidade, principalmente para os que possuem menor acesso à recursos e que, geralmente, se formalizam através do Programa Microempreendedor Individual.

PALAVRAS - CHAVE: fatores limitantes; microempreendedores individuais; tipos de inovação.

THE LIMITING FACTORS TO ENTREPRENEURSHIP IN BRAZIL: A COMPARATIVE ANALYSIS

ABSTRACT: This paper aims to perform a comparative analysis between the opinion of experts from the entrepreneurship research field, with the opinion of Individual Microentrepreneurs from Brazil. For this, a bibliographic / documentary research was carried out, as well as a case study, applied in a collaborative store, located in Salvador, Bahia. The results point to a convergence of opinions in the three (3) main

factors limiting the opening and maintenance of a company in Brazil. The challenges most pointed out by the two actors studied were the lack of public policies, poor financial support and poor access to professional training. Despite the efforts made by the public sector in the creation of public policies aimed at entrepreneurship, their implementation and follow-up need to become a reality, especially for those who have less access to resources and who usually formalize themselves through the Micro-Entrepreneur Program. Individual.

KEYWORDS: limiting factors; individual microentrepreneurs; types of innovation.

1 | INTRODUÇÃO

A economia mundial está interligada em escala global e como consequência disso, ocorrem profundas transformações que remodelam a maneira pela qual a sociedade produz riqueza ao longo do tempo. Das formas mais primárias de organização da produção de bens e serviços, até os dias de hoje, o ser humano tem aprimorado técnicas para melhorar o sistema produtivo, desde o aprofundamento em pesquisas, até melhorias em tecnologias, que maximizam os processos internos e de logísticas das empresas.

Atualmente, percebe-se que o acesso à informação, e a habilidade de transformá-la em inovação, ganharam espaço fundamental neste processo de geração de riquezas. O direito de exclusividade na propriedade física, que garantiu motivação para inovações desde os tempos mais remotos das organizações produtivas, dá lugar ao direito à Propriedade Intelectual (PI), como ativo de grande valor. De acordo com a Confederação Nacional das Indústrias – CNI (2017), Propriedade Intelectual são todos os direitos inerentes à atividade intelectual, podendo envolver os campos da indústria, ciência, literatura e artes.

Neste sentido, o cognitivo é o pilar da PI e da economia moderna. As inovações derivam de atividades baseadas no conhecimento, que envolvem, na prática, a aplicação de informações e conhecimentos existentes ou recém-desenvolvidos (*Innovations derive from knowledge-based activities that involve the practical application of existing or newly developed information and knowledge*) (MANUAL DE OSLO, 2018).

Nesta realidade, o empreendedor é participante crucial no processo de produção de riquezas. Dotado de comportamentos específicos, é ele quem muda/inaugura realidades, inserindo no corpo social, novos ou melhorados produtos, serviços e informações, que contribuem para o desenvolvimento social, econômico e tecnológico da humanidade. Um componente típico de todo empreendedor é a sua necessidade constante de inovar.

Um ator importante neste cenário, no Brasil, é o Microempreendedor Individual (MEI), instituído pela Lei Complementar 128 de 2008. Pessoas que se enquadram neste tipo de formalização possuem características peculiares, mas sofrem com as mesmas dificuldades para abertura e manutenção do seu negócio, como todos os outros pequenos empreendedores brasileiros.

Seguindo esta linha de raciocínio, o objetivo geral deste artigo foi o de realizar uma análise comparativa sobre os fatores limitantes aos empreendedores, segundo especialistas,

com os fatores limitantes, de acordo com os Microempreendedores Individuais. Buscou-se, assim, responder à seguinte questão: Quais os principais fatores limitantes, de consenso entre especialistas da área do empreendedorismo e microempreendedores individuais, mais influenciam na abertura e manutenção de pequenas empresas no Brasil? Foi realizada uma pesquisa quali-quantitativa, executada em duas fases distintas.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

O visionário Peter Drucker observou o que aconteceria em uma economia fomentada pelo empreendedorismo e em constante movimento em direção às inovações, cujo principal insumo seria a informação. O trabalho específico do empreendedorismo numa empresa de negócios é fazer os negócios de hoje serem capazes de fazer o futuro, transformando-se em um negócio diferente [...]. Empreendedorismo não é nem ciência, nem arte. É uma prática (DRUKER, 2002).

No Brasil, existem algumas figuras jurídicas, através das quais o empreendedor pode formalizar o seu negócio, com ou sem sócios. Destaca-se, aqui, no entanto, a do Microempreendedor Individual que, de acordo com o Portal do Empreendedor (2018), foi instituída através da Lei nº 128 de 19 de dezembro de 2008 (que alterou a Lei nº 123 de 14 de dezembro de 2006) e que, representa uma das formas de criação de empresas individuais.

Para Oliveira e Forte (2014), um dos principais objetivos desta Lei, foi o de tirar mais de 10 milhões de pessoas, que trabalhavam por conta própria, da informalidade. Para efeito de comparação com o MEI, o empreendedor que prefira não ter sócio pode, ainda, se formalizar como Empresário Individual – EI ou Empresário Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, como verifica-se abaixo:

- EI: Assim como o MEI, o Empresário Individual também é um profissional que trabalha por conta própria, mas seu faturamento anual máximo pode chegar até a R\$ 360 mil, sendo considerado ME (Microempresa), ou até 4,8 milhões, sendo EPP (Empresa de Pequeno Porte). (SEBRAE, 2018).
- EIRELI: A empresa individual de responsabilidade limitada é constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País. (BRASIL; 2002).

Pacobahyba (2011) explica que, em plena consonância com as recentes transformações da sociedade, proporcionadas pela tecnologia, o MEI conta com uma importante ferramenta na rede mundial de computadores (Portal do Empreendedor), a fim de obter esclarecimentos sobre os benefícios, direitos, obrigações e orientações gerais da formalização.

Dados publicados no sítio oficial, demonstram a grandeza dessa classe de

empresários, que emerge com a regulamentação do tratamento diferenciado e favorecido. Sendo assim, é possível afirmar que um dos propósitos da implantação da figura jurídica do Microempreendedor Individual é o aspecto socioeconômico, que se apresenta nos benefícios estabelecidos pela lei nº 128/2008 (FERNANDES; MACIEL; MACIEL, 2012).

No que tange aos Microempreendedores Individuais – MEI, perfil central de estudo deste trabalho, as estatísticas disponibilizadas pelo Portal do Empreendedor demonstram números consideráveis de crescimento no cadastro. Em 31 de dezembro de 2009, ano de lançamento do programa, o número de cadastros acumulados de MEI era de 0,67% (44.188 inscritos) do total de cadastros realizados até 31 de maio de 2018 (6.944.065 inscritos). Percebe-se um crescimento considerável de empresários inscritos nesta forma de empreendimento.

Nota-se, no entanto, de acordo com as estatísticas do Portal do Empreendedor (2018), que a linha de tendência de crescimento no número de registros acumulados de Microempreendedores Individuais, foi levemente desacelerada entre os anos de 2016 e 2017. De acordo levantamento de dados feito pelo SINAC – Sistema de Dados do Simples Nacional, entre os anos de 2016 e 2017, analisa-se que o maior motivo da diminuição no número de registros de MEI acumulados, foi a baixa por débitos deles com o fisco. Foram 60.043 CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas) baixados por este motivo. No entanto, vale frisar, que ainda antes do final do primeiro semestre do ano de 2018, houve uma recuperação na tendência de crescimento do número de empreendedores, que se formalizaram através da Lei 128 de 2008 (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2018, *online*).

Em todos os estados da federação o motivo ‘débito’ foi o principal causador da exclusão do registro de microempreendedores individuais. Para o ano de 2016 e 2017, ficaram de fora apenas o Amapá e Piauí, cujo principal motivo das baixas foi a falta das inscrições estadual e municipal dos microempreendedores individuais (SINAC, 2018).

Em se tratando de peculiaridades regionais, cabe uma comparação relevante aqui: a quantidade de MEI formalizados em cada estado. De acordo com o (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2018, *online*), quando se compara o ano de 2010 (primeiro ciclo que compreendeu estatísticas dos doze meses do ano e que incluiu todos os estados da federação), com os dados 2018, os maiores destaques no crescimento da participação nacional foram São Paulo e Minas Gerais que, de acordo com dados levantados, passaram de 20,25% para 26,06% e de 9,42% para 11,55%, respectivamente. Os destaques para a diminuição na participação de MEI acumulados, são os estados da Bahia e Rio de Janeiro.

Até a data de 31 de maio de 2018, a participação da Bahia no cenário nacional de cadastros de Microempreendedores Individuais caiu de 9,59% para 5,55%, e o Rio de Janeiro registrou uma queda de 13,64% para 11,54%. Verificou-se, neste sentido, que a Bahia, local escolhido para a realização do estudo de caso desta pesquisa, saiu do 3º lugar, para o 6º lugar no *ranking* de Microempreendedores Individuais acumulados, em um período de 7 anos de 5 meses (janeiro de 2010 a maio de 2018).

A Lei 128/2008, surgiu já atenta à realidade financeira das pessoas que se enquadravam no perfil de trabalhadores informais, que produzem por conta própria, quando isentou os mesmo de uma série de impostos e demais contribuições:

Os MEI são isentos de alguns impostos: Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa Social sobre o Lucro Líquido (PIS), Contribuição Social (COFINS) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Contribuições para entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculado ao sistema sindical e demais entidades de serviço social autônomo e demais contribuições instituídas pela União (ARRUDA, 2017).

De acordo com Souza (2017), este tratamento tributário especial se deve às características específicas deste público.

Em contrapartida, o Microempreendedor Individual é obrigado a pagar um valor fixo, ficando sujeito a valores simbólicos de impostos como: IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica), IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e PIS (Programa de Integração Social) (GONDIM et al 2017).

As atividades permitidas ao enquadramento no Programa Microempreendedor Individual estão contidas na Resolução nº 94 de 2011 do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) e, conforme o PORTAL DO EMPREENDEDOR (2018), somam 490 CNAES (Classificação Nacional de Atividades Econômicas).

Em suma, ser um MEI traz consigo uma série de vantagens que não apenas darão visibilidade ao negócio, como também o tornará muito mais rentável e seguro. Pode-se afirmar que na condição de microempreendedor, o empregador, antes na informalidade, passará a ter existência jurídica, sendo reconhecido como tal, afinal terá CNPJ, acesso a produtos e serviços bancários como crédito, baixo custo dos tributos, além de direitos e benefícios previdenciários especiais.

Ocorre que, apesar da criação de políticas públicas, os empreendedores brasileiros ainda convivem com grandes desafios. O GEM (*Global Entrepreneurship Monitor*), anos 2016 e 2017 “ouviu” especialistas a respeito das limitações enfrentadas por estes pequenos empresários. Na edição 2016, percebeu-se um detalhamento dos fatores limitantes, enquanto a edição 2017, tratou dos temas de maneira mais generalizada, contudo, abrangendo todos os pontos citados na edição do ano anterior.

Verifica-se que há expressiva necessidade de fortalecimento de políticas governamentais para o empreendedorismo. O amparo, organização institucional e investimento no setor produtivo, portanto, constituem os maiores entraves à abertura e manutenção de uma empresa no Brasil:

Conforme o GEM (2016), as grandes dificuldades para os empreendedores brasileiros, para os especialistas, se concentram em torno do apoio do estado à atividade

empreendedora. De acordo com informações deste relatório, a falta de políticas públicas, o apoio financeiro e acesso à capacitações profissionais são os principais entraves identificados. Neste sentido, o governo, que é responsável pelo estabelecimento de legislações que promovam o setor produtivo é demandado constantemente nos quesitos promoção de políticas públicas e efetivas suas aplicações.

Cabe ressaltar a implantação do Microempreendedor Individual, como um esforço de programa governamental, para buscar facilitar a inclusão produtiva e social, amparada pelo estado. Ademais, para este público, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, é o parceiro oficial, no que se refere a aportes financeiros (PORTAL DO EMPREENDEDOR; 2018). Mas vale lembrar que para 45% dos especialistas, o crédito e o meio de se conseguir este crédito, devem ser mais facilitados do que o que já existe de disponível atualmente (GEM, 2016).

Características da força de trabalho e normas culturais e sociais, apresentam-se como importantes fatores para os especialistas. Estes dois fatores que foram citados, em 17,20% e 16,10% respectivamente, nas respostas, são notadamente suportes para um ambiente em que exista a disposição em se abrir e manter uma empresa e o nível de incentivos das pessoas mais próximas a quem possui este sonho no Brasil.

3 | METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, as atividades de levantamento de informações foram estruturadas em três métodos de procedimento: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa estudo de caso. A pesquisa foi descritiva e quali-qualitativa e um estudo de caso indutivo, descritivo e quali-qualitativo.

Em um primeiro momento, ocorreu uma pesquisa bibliográfica e documental que buscou contextualizar o empreendedorismo no Brasil e no mundo, a figura jurídica do MEI, bem como levantar os fatores limitantes à abertura e manutenção de uma empresa no Brasil. O método científico de abordagem nessa fase foi dedutivo, partindo-se da realidade geral, disponibilizada nos artigos científicos, relatórios técnicos, manuais e base de dados estatísticos oficiais. Nessa parte da pesquisa as variáveis estudadas foram: 'Empreendedores e Microempreendedores Individuais', e 'Limitações aos Empreendedores'.

O estudo de caso foi indutivo, descritivo e quali-qualitativo com os Microempreendedores Individuais, expositores da loja Gambiarra – Espaço Criativo e Coletivo, situada na cidade de Salvador, Bahia. A pesquisa estudo de caso é definida por Gil (1990) como método que permite o estudo mais aprofundado de um ou poucos objetos que, para o autor, seria uma tarefa praticamente impossível ao utilizar-se de outros métodos.

Os métodos de coleta de dados no estudo de caso foram treinamentos *in-loco* em grupos, consultorias individuais com os microempreendedores, bem como a aplicação de questionários para delineamento de perfis, expectativas e comportamentos na condução

das empresas dos entrevistados. O questionário para o estudo de caso focou no seguinte indicador: (1) grau de importância que os MEIs dão para os fatores limitantes, pontuados pelos especialistas pesquisados pelo SEBRAE no GEM 2016. Essa ferramenta contou com uma tabela contendo os fatores limitantes, listados pelos especialistas, em linguagem menos técnica. Esta tabela foi estruturada na escala Likert.

Alexandre et. al. (2003) argumenta que são utilizadas na escala de Likert quatro ou cinco categorias ordinais como, por exemplo, 0- nada importante, 1- pouco importante, 2- importante e 3- muito importante, ou, 0- muito baixo, 1- baixo, 2- médio, 3- alto e 4- muito alto. Outra situação em que se pode utilizar essa escala, de acordo com estes autores, é o questionamento que exige respostas como 0-discordo totalmente, 1- discordo, 2- nem concordo e nem discordo, 3- concordo e 4- concordo.

Para a tabela em questão, foi utilizada a escala Likert de 5 pontos, onde 1 (não é importante), 2 (pouco importante), 3 (indiferente), 4 (importante) e 5 (muito importante). O método de abordagem nessa fase foi o indutivo, partindo-se da análise particular para a análise geral. Consideraram-se como respostas com boas notas todas aquelas em que, somados os pontos “importante” e “muito importante” superaram 50,0% das respostas para aquele item. E considerou-se pontuação baixa aquela situação em que a soma dos itens “não é importante” e “pouco importante” resultaram em mais de 50,0% das respostas daquele item.

Foram 5 (cinco) meses de encontros com os parceiros que compõe a loja. Em cada visita do autor desse Programa de Mídia à Loja objeto do estudo foram utilizados três turnos de trabalho. As respostas originadas dos encontros, observações, treinamentos, consultorias e aplicação dos questionários, que compuseram o trabalho de estudo de caso, foram, portanto, equiparadas às respostas dadas pelos especialistas no GEM 2016.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os perfis dos entrevistados se enquadram, na maioria das respostas, nos ramos de Artesanato/Decoração de Ambientes, Moda e Alimentação. Para 17,3% o seu ramo de atividade seria Bijuterias ou Cosméticos, conforme o gráfico a seguir:

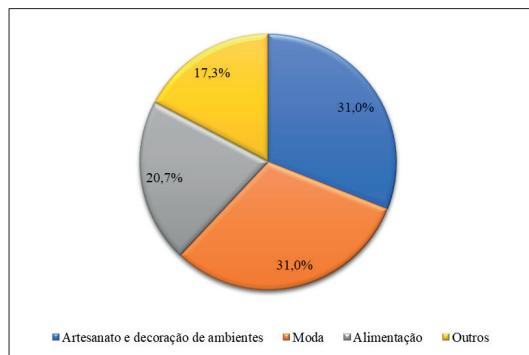


Gráfico 01 – Ramos de atividades - MEIs

Fonte: Questionários aplicados no Estudo de Caso deste projeto.

O que se pode perceber também, através dos treinamentos e rodas de conversas do estudo de caso, é que a maioria dos MEIs, sediados na loja local dessa análise, tende a exercerem atividades voltadas ao artesanato, moda e alimentação. Estes microempreendedores não possuem muito tempo de mercado. Verificou-se, no levantamento de dados, que a maioria está há menos de 2 (dois) anos exercendo a sua atividade atual como empreendedor. As informações auferidas trazem números da ordem de 29,0% dos entrevistados possuírem menos de 01 (um) ano de mercado, e 51,6%, entre 01 (um) e 2 (dois) anos.

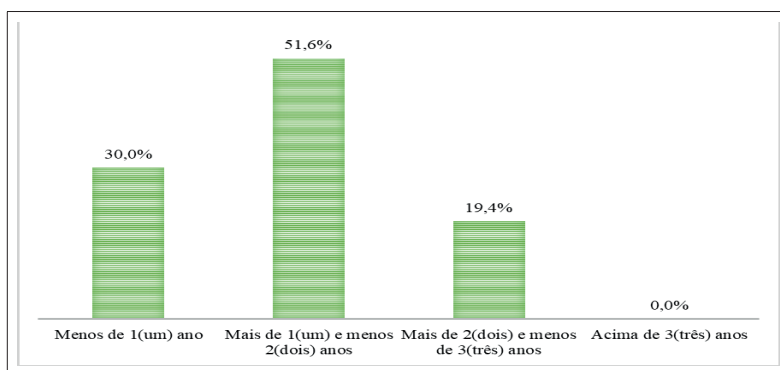


Gráfico 02 – Tempo de mercado - MEIs

Fonte: Questionários aplicados no Estudo de Caso deste projeto.

Uma informação interessante, associada a este dado, é que muitos problemas apresentados são inéditos na história profissional desses empreendedores. Ou seja, desafios comuns a empresários mais experientes estão ocorrendo justamente nessa fase

de pouco tempo de mercado dessas empresas.

A identificação do empreendedor, quanto ao seu faturamento, foi preservada a pedido deles. Contudo, a pesquisa demonstrou que a maior parte deles possuem faturamento mensal menor que R\$ 3.000,00 (90,3%). Percebeu-se, também, que há uma falta de organização financeira que possa expor mais claramente a real situação de cada negócio parceiro do Gambiarra. Essa falha na gestão financeira dos negócios pode ser, em parte, resultado da pouca prática com as ferramentas de gestão por parte dos microempresários.

Conhecido o perfil dos MEIs entrevistados, cabe o cruzamento de dois dados importantes aqui. Os fatores limitantes à abertura e manutenção de empresas no Brasil, de acordo com especialistas, confrontados com a importância dada, pelos MEIs, para cada um destes fatores citados na pesquisa GEM 2016.

Conforme verificado na pesquisa, existem 17 principais fatores limitantes listados pelos especialistas, entrevistados pelo SEBRAE. Esses limitantes são considerados para todos os empreendedores, sejam nascentes ou já consolidados, por necessidade ou por oportunidade e, ainda, pequenos ou grandes. Vale salientar que, de acordo com o GEM (2016), desse quantitativo total, 3 (três) se destacam para os entrevistados. São eles: a falta de políticas públicas, voltadas aos empreendedores, pouco apoio financeiro e pouco acesso capacitações profissionais.

No que tange os Microempreendedores Individuais, os seus fatores limitantes podem ir ao encontro de muitos fatores limitantes considerados para outras classificações de empresários no Brasil. Daí a necessidade de se comparar o que pensam os MEIs em relação ao que limita à sua atividade com o que é apresentado pelo SEBRAE através do GEM.

A primeira análise a ser feita é: qual a importância dada, pelos MEIs, aos fatores limitantes delineados pelos especialistas para todos os empreendedores brasileiros? O resultado auferido no estudo de caso apresenta similaridades e divergências pontuais entre as duas pesquisas (GEM 2016 e estudo de caso desse trabalho), conforme verifica-se na tabela comparativa abaixo preenchida com os termos perguntados aos MEIs:

FATORES LIMITANTES	PORCENTAGEM DAS RESPOSTAS (%)					
	ESPECIALISTAS	NOTAS DADAS PELOS MEIs				
		1	2	3	4	5
Falta de políticas por parte do governo	77,4	3,2	0,0	9,7	22,6	64,5
Falta de apoio financeiro	31,2	0,0	3,2	9,7	29,0	58,0
Pouco acesso à educação e capacitação	31,2	6,4	0,0	3,2	29,0	61,3
Tenho disponibilidade de outras rendas	17,2	6,4	6,4	32,2	48,4	3,2
Não tenho o perfil de empreendedor	16,1	3,2	9,7	61,3	16,1	9,7
Clima econômico desfavorável	9,7	3,2	16,1	51,6	12,9	12,9
Não realizo pesquisas para desenvolver meus produtos	9,7	6,4	35,5	32,2	16,1	9,7
Não tenho acesso à infraestrutura física favorável	7,5	9,7	29,0	38,7	19,3	3,2
Não fui educado para ser dono de empresa	7,5	9,7	32,2	48,4	9,7	0,0

Os custos de contratar alguém são altos	7,5	12,9	4,9	25,8	16,1	3,2
Entendo pouco sobre as Leis de empresas	6,5	12,9	29,0	35,5	19,3	3,2
O cenário político e as instituições públicas não ajudam	6,5	9,7	38,7	29,0	19,3	0,0
Os custos de ter infraestrutura comercial são altos	5,4	6,4	32,2	38,7	16,1	6,4
Falta de Informações sobre gestão e mercado	4,3	12,9	32,2	29,0	16,1	6,4
Há menos atenção da sociedade para as microempresas	3,2	9,7	35,5	38,7	6,4	9,7
Acho que é difícil importar ou exportar	2,2	6,4	32,2	51,6	9,7	0,0
A corrupção atrapalha meu negócio	2,2	6,4	35,5	38,7	12,9	9,7

Tabela 01 – Notas para os fatores limitantes - especialistas e MEIs

Fonte: GEM 2016 e Estudo de Caso deste projeto.

De acordo com a escala Likert, nota-se uma similaridade nos três primeiros itens da tabela, ou seja, falta de políticas por parte do governo, pouco apoio financeiro e pouco acesso à educação e capacitação são os fatores limitantes mais importantes tanto para os especialistas quanto para os MEIs. Relevante também é a pontuação dada a rendas extras pelos MEIs. Para todos os outros itens percebe-se que a maior pontuação ficou entre ‘não é importante’, ‘pouco importante’ e ‘indiferente’.

A falta de políticas públicas foi citada em 77,4% das repostas dos especialistas. Para os MEIs, esse item pontua também com alto valor de 87,1%, quando somadas as respostas ‘importante’ e ‘muito importante’. O que se percebe, como um dos resultados do estudo de caso, é que apenas a legislação que possibilite uma formalização mais “benevolente” não é suficiente enquanto política pública. Outros programas que facilitem a inserção dessas pessoas, de forma competitiva no mercado, se fazem prementes de acordo com alguns depoimentos dos próprios MEIs.

Não obstante, aliada à falta de políticas públicas está a falta de apoio financeiro para os MEIs. Conforme tabulação, esse item foi considerado por 87,0%, dos entrevistados, número praticamente igual à falta de políticas públicas. Interessante notar que, para pessoas que estudam o mercado e participam ativamente do movimento de empreendedorismo, a falta de apoio financeiro não é um problema tão grande quanto à falta de apoio do estado. Nota-se na, que os especialistas pontuaram esse item em 31,2% das respostas.

Igualmente, menos importante para os especialistas, que a falta de políticas públicas direcionadas aos empreendedores, está o pouco acesso à educação e capacitações profissionais. Com a mesma participação nas respostas, divulgadas no GEM 2016, este item foi considerado por 31,2% dos pesquisados pelo SEBRAE. Já para 90,3% dos microempreendedores, participantes do estudo de caso, o pouco acesso à educação e capacitação profissionais, é importante ou muito importante. Este número supera a falta de políticas públicas, pontuada pelos próprios MEIs.

Fora os três primeiros itens analisados acima, cabe ainda um destaque em relação

às respostas dos MEIs, no que se refere a ter a disponibilidade de outras rendas. Ter outras rendas não limita tanto as atividades destinadas ao empreendimento. Para 17,2% desses observadores da área do empreendedorismo, esse item pode representar alguma barreira à abertura e manutenção de um negócio no Brasil.

Os microempreendedores, no entanto, consideram importante (48,4%) o fato de ter uma renda extra, um impeditivo para a dedicação total à atividade do negócio que alguém possua ou venha a possuir. Interessante ressaltar que, conforme levantado nas consultorias individuais, existem sim outras atividades ocorrendo em paralelo às atividades das empresas dos pesquisados. Isso tem como consequência a recorrente reclamação da falta de tempo para tocar o negócio.

5 | CONCLUSÃO

Percebeu-se que, tão logo surgisse a Lei nº 128 de 2008, que instituiu a figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI), o número de registros de empresas nessa categoria cresceu de forma exponencial. Apesar das imensas oscilações da economia durante esses anos, o Programa MEI tem se demonstrado um sucesso. As baixas ocorridas não foram tão significativas a ponto de desabonar o Programa Microempreendedorismo Individual.

Apesar dos especialistas indicarem vários fatores limitantes ao empreendedor brasileiro, vale destacar os 3 (três) mais indicados: pouca política governamental, falta de apoio financeiro, pouco acesso a educação e capacitação. Percebe-se que é de concordância entre quem estuda o mercado e quem faz o mercado o fato de que existem, ainda, poucas políticas públicas efetivadas no que se refere ao empreendedorismo. Mesmo que já haja um arcabouço considerável de regulamentações, na prática essa legislação ainda tem muito que avançar para que os empreendedores, principalmente os menores, possam se tornar verdadeiramente competitivos no mercado.

Outra questão a ser considerada é o fato de que, para os especialistas da área de empreendedorismo, a falta de apoio financeiro não seja um impeditivo tão contundente quanto à falta de políticas públicas. Já para os empreendedores, essa falta de recursos financeiros é tão problemática para seus negócios quanto à falta de políticas públicas.

O mesmo acontece quanto à opinião sobre o fator capacitação profissional. Para os empreendedores existe um pouco acesso às capacitações profissionais e já para os especialistas, apesar de ser considerado um fato relevante, não é tão gritante quanto à falta de políticas públicas.

Fica patente que, para pessoas que estudam empreendedorismo, o grande entrave está concentrado na criação e aplicação de políticas públicas para o pequeno empresário. Já para quem pratica o empreendedorismo, abrindo e mantendo empresas no Brasil, os fatores limitantes se expandem. É notório como a legislação brasileira tem evoluído

em se tratando de regulamentações para a atividade produtiva do empreendedor, mas é visível, também, que muito ainda precisa ser feito para que as políticas públicas possam favorecer aos que possuem menos recursos e formação profissional. Soma-se a este item a necessidade de se aplicar a legislação, bem como fiscalizar e avaliar os seus impactos nestes pequenos negócios.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao apoio financeiro da Pro-reitoria de Pesquisa e Inovação (PRPGI) do Instituto Federal da Bahia (IFBA)

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, João Waliandre Carneiro; ANDRADE; Dalton Francisco; VASCONCELOS; Alan pereira de; ARAÚJO, Ana Maria Souza de; BATISTA, Maria Jacqueline. **Análise do número de categorias da Likert aplicada à gestão pela qualidade total através da teoria da resposta ao item**. In: XXIII Encontro Nac. de Eng. de Produção - Ouro Preto, MG, Brasil, 21 a 24 de out de 2003.

ARRUDA, Valdivanda Carneiro. **Da Informalidade ao Microempreendedor Individual (MEI): Uma revisão sistemática**. 2017.31 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2017.

BRASIL. **Lei nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. Cartilha: Propriedade Intelectual para Micro e Pequenas Empresas. SEBRAE: Brasília, 2017.

DRUCKER, Peter F. **O melhor de Peter Drucker**. Obra completa. São Paulo: Nobel, 2002.

FERNANDES, Jean Carlos; MACIEL, Luciana Botelho; MACIEL, Henrique Matheus Mariani. **Microempreendedor Individual (MEI): vantagens e desvantagens do novo sistema**. 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1990.

GODIN, Mireille D.; ROSA, Maycon P.; PIMENTA, Márcio M. Crise versus Empreendedorismo: Microempreendedor Individual (MEI) como Alternativa para o Desemprego na Região Petrolífera da Bacia de Campos e Regiões Circunvizinhas. **Revista Pensar Contábil: Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro**, 2017.

GEM – *Global Entrepreneurship Monitor*. **Empreendedorismo no Brasil**. Curitiba: IBQP, 2016.

_____. **Relatório Executivo**. Curitiba: IBQP, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1990.

OECD/Eurostat (2018), Oslo Manual 2018: **Guidelines for Collecting, Reporting and Using Data on Innovation**. 4th Edition, The Measurement of Scientific, Technological and Innovation Activities, OECD Publishing, Paris/Eurostat, Luxembourg.

OLIVEIRA, Oderlene Vieira de. FORTE, Sérgio Henrique Arruda Cavalcante. Microempreendedor individual: Fatores da informalidade. **Revista científica da Escola de Gestão e Negócios Connexio**, v.4, ano 4, p.27-42, jun., 2014.

SEBRAE. Serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas - **Perfil do Microempreendedor Individual** - 2015. Brasília-DF, 2016.

PACOBAYHA, Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro. **O microempreendedor Individual como Expressão da Extra fiscalidade no Direito Tributário Nacional**. 2011. 105f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional)-Universidade de Fortaleza. Fortaleza: UNIFOR, 2011.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Legislação**. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/legislacao> .

SOUZA, Liana Maria Machado de. **A política tributária do microempreendedor individual (MEI) como política pública de inclusão social e previdenciária**. 2017. 142fs. Dissertação (Mestrado profissional). Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados. Fortaleza, 2017.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accountability 7, 53, 61, 113, 114, 115, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 160, 162

Acessibilidade 8, 56, 165, 222, 223, 224, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 235, 236

Acesso 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 79, 97, 98, 103, 112, 113, 118, 121, 122, 123, 134, 142, 143, 144, 145, 160, 171, 183, 187, 190, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 219, 220, 221, 228, 229, 233, 235, 236, 237, 239, 241, 243, 245, 250, 251, 252, 254, 255, 259, 261, 266, 267, 268, 269, 270, 272, 276, 303, 304, 307, 308, 311, 312, 313, 318, 350, 351

Acesso à Informação 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 45, 46, 54, 55, 61, 121, 134, 266, 304

C

Combinação 244, 246, 247, 248, 252, 253, 275, 296

Compras Públicas 7, 164, 165, 166, 167, 170, 172, 173, 177, 178, 179, 183

Contabilidade Pública 43, 49, 113, 115, 118, 119, 123, 160, 161

Controle Externo 3, 97, 116, 125, 130, 133, 137, 147, 148, 149, 150, 158, 161, 162, 181

Controle Social 6, 5, 7, 27, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 54, 91, 96, 115, 116, 118, 141, 149

Convênios 56, 81, 82, 84, 86, 87, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98

D

Dependência 7, 7, 71, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 108, 111, 112, 273, 286, 287, 291, 295, 296

Diabetes 8, 206, 207, 208, 209, 210

Direito Fundamental 5, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 35

Docentes 5, 9, 242, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 256, 257, 260, 280, 301

E

Educação a Distância 241, 249, 261, 263, 270, 271, 272, 274

Educação de adultos 262, 264, 274

Ensino não presencial 260

Epidemiologia 212, 217, 220

Escolaridade 7, 146, 147, 148, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 287, 341

Estado do Pará 7, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154

Estratégia 2, 5, 38, 164, 185, 187, 190, 196, 213, 219, 220, 224, 269, 319, 342, 351

Execução Orçamentária 6, 38, 39, 41, 42, 44, 45, 48, 52, 55, 66, 99, 104, 115, 118, 127, 143

Externalização 244, 246, 247, 248, 253

F

FPM 85, 86, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112

G

Gastos com Pessoal 6, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78

Gestão IES 262

Governança da Internet 9, 262, 265, 266, 278, 280

I

Inclusão Social 53, 96, 222, 223, 224, 231, 232, 233, 236, 315

Infância 206, 210

Informação 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 61, 91, 121, 134, 147, 167, 168, 174, 178, 184, 196, 214, 217, 219, 236, 259, 261, 263, 266, 267, 268, 269, 272, 278, 279, 288, 304, 305, 310

Internalização 244, 246, 247, 248, 253, 321

L

Lei de Acesso à Informação 6, 1, 3, 4, 6, 7, 9, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 31, 35, 36, 37, 38, 46, 54, 55, 61, 134

M

Microrregião 6, 63, 64, 67, 72, 78

Ministério Público 1, 3, 4, 5, 6, 10, 14, 18, 19, 21, 43, 44, 53, 129, 143

Municípios 6, 7, 7, 26, 31, 36, 38, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 84, 85, 86, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 118, 123, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 201, 213, 217

Municípios Cearenses 6, 7, 50, 51, 54, 56, 58, 60, 99, 100, 104, 107

O

Óbitos 206

Objetivos 4, 10, 11, 23, 29, 30, 43, 44, 52, 64, 66, 67, 69, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 91, 94, 95,

96, 101, 104, 117, 120, 131, 136, 150, 165, 166, 167, 174, 180, 181, 185, 186, 187, 188, 189, 194, 195, 199, 201, 204, 238, 242, 246, 253, 258, 274, 275, 288, 295, 302, 305, 318, 342, 345

Organizações 5, 43, 84, 87, 113, 114, 117, 118, 119, 121, 122, 134, 142, 165, 166, 167, 168, 170, 177, 186, 187, 189, 195, 254, 263, 265, 268, 269, 270, 276, 304, 325, 327, 330, 341, 342, 350

P

Pandemia 9, 195, 244, 245, 246, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 263, 264, 267, 269, 271, 277, 280, 281

Pareceres Prévios 7, 125, 128, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142

Parques 8, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 230, 231, 235, 236

Perfil de saúde 212

Planejamento 7, 39, 40, 63, 65, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 127, 142, 150, 167, 171, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 181, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 201, 222, 236, 252, 253, 262, 263, 264, 266, 276, 289, 302, 319

Planejamento Estratégico 7, 177, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 262, 263, 264, 266, 276

Políticas Públicas 8, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 52, 61, 84, 121, 122, 126, 150, 153, 159, 204, 219, 265, 303, 307, 308, 311, 312, 313, 314, 341

Praças 8, 222, 223, 224, 225, 227, 230, 231, 232, 235, 236

Prestação de Contas 39, 44, 45, 53, 55, 64, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 132, 133, 137, 138, 139, 141, 142, 147, 148, 149, 153, 154, 171

R

Redes Sociais 7, 164, 166, 168, 170, 178, 182, 183, 184, 234

S

Setor Público 13, 51, 63, 64, 95, 101, 115, 116, 117, 119, 122, 144, 166, 303

Socialização 244, 246, 247, 248, 249, 253, 259, 341

T

Transferências Voluntárias 6, 81, 85, 86, 88, 93, 97, 98

Transparência Pública 6, 1, 5, 9, 50, 51, 52, 53, 60, 61, 121

Tribunais de Contas 1, 3, 4, 7, 8, 20, 44, 53, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 161

Tribunais de Justiça 1, 3, 4, 8, 15, 18, 19

Tribunal de Contas 7, 3, 7, 14, 15, 44, 50, 54, 55, 56, 67, 78, 85, 86, 91, 97, 116, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148,

149, 150, 161, 162, 170, 172, 175, 177, 181, 183

Turismo 108, 111, 222, 228, 230, 235, 236, 237

U

Universidades Estaduais 6, 81, 82, 91

V

Varginha-MG 6, 63, 64

ADMINISTRAÇÃO:

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA,
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS
ORGANIZACIONAIS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

ADMINISTRAÇÃO:

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA,
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS
ORGANIZACIONAIS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 